

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Consulta Prévia Simplificada n.º 005.2025.623

Contratação de Serviços para Elaboração de Projetos de Execução para:

Lote 1 - Construção de Pavilhão Multiusos

Lote 2 - Requalificação do Piso 1 da Cantina 3 para Criação de Espaços de Formação

Lote 3 - Requalificação e Ampliação do Edifício C1

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Leiria, abreviadamente designado por Politécnico de Leiria, sito na Rua General Norton de Matos, apartado 4133, 2411-901 Leiria, com os números de telefone 244 830 010 e de fax 244 813 013, e com o endereço eletrónico ipleiria@ipleiria.pt.

2. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por meu despacho datado de 17/02/2025, no uso de competência própria.

3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DA CONSULTA PRÉVIA

A Consulta Prévia Simplificada é realizada nos termos da alínea b) do artigo 2º da Lei 30/2021, de 21 de maio.

4. OBJETO DO CONVITE

O presente procedimento tem por objeto a **Contratação de Serviços para Elaboração de Projetos de Execução para:**

Lote 1 - Construção de Pavilhão Multiusos;

Lote 2 - Requalificação do Piso 1 da Cantina 3 para Criação de Espaços de Formação;

Lote 3 - Requalificação e Ampliação do Edifício C1;

conforme especificações técnicas no Caderno de Encargos e Programa Preliminar.

5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

5.1. A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos, os quais devem ser assinados digitalmente pelo concorrente ou seus representantes, através de assinatura eletrónica qualificada, **sob pena de exclusão**:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP (minuta em anexo), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Cópia da Certidão do Registo Comercial (ou código de acesso à Certidão Permanente) ou outro documento equivalente, em função da natureza da entidade;
- c) Declaração de que não se encontra nas situações de impedimento previstas no artigo 69º do CPA (Anexo II);
- d) Os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, devendo incluir:
 - i. O **preço total por Lote, para os serviços constantes no caderno de encargos e respetivos anexos**;
 - ii. Regime de IVA aplicável.
- e) Os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:
 - i. As condições de pagamento (com respeito pelo previsto na Cláusula 8.ª do Caderno de Encargos).

5.2. A proposta é apresentada por Lote, não sendo admitidas propostas apresentadas para parte de um Lote. No entanto, não é obrigatória a apresentação de proposta para a totalidade dos lotes.

- 5.3. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega.
- 5.4. Não são admitidas propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

6. PREÇO BASE

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação dos serviços objeto do contrato é de:

Lote 1 - Construção de Pavilhão Multiusos – 73.950,00 €

Lote 2 - Requalificação do Piso 1 da Cantina 3 para Criação de Espaços de Formação – 8.850,00 €

Lote 3 - Requalificação e Ampliação do Edifício C1 – 9.025,00 €

7. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 7.1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na modalidade prevista na alínea b) do mesmo artigo, considerando como monofator, o preço.
- 7.2. Na eventualidade de apresentação de propostas de valor igual, o critério de desempate a aplicar será, o do sorteio, em ato público, para o qual os concorrentes serão convocados via correio eletrónico.

8. LÍNGUA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 8.1. A proposta, bem como os documentos que a compõem devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 8.2. Serão considerados como inexistentes os documentos em língua estrangeira que não sejam acompanhados da respetiva tradução.

9. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

11. PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 11.1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas na plataforma de contratação pública com o endereço www.acingov.pt, até às 23:59 do **3.º dia** a contar do envio do convite a apresentação da proposta.
- 11.2. A data limite fixada no n.º 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o convite, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito;
- 11.3. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

12. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Todos os pedidos de esclarecimento e identificações de erros e omissões deverão ser remetidos na plataforma de contratação pública com o endereço www.acingov.pt até ao fim do primeiro terço do prazo estabelecido para apresentação de proposta, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

13. CAUÇÃO

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP, é dispensada a prestação de caução.

14. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário dispõe de cinco dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81.º do CCP. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º é de 5 dias úteis.

15. CONTRATO

O contrato resultante do presente procedimento não será reduzido a escrito, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissos no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente,

DSCP/GCP

Anexos:

- Caderno de Encargos
- Programas Preliminares
- Anexos I e II – Modelo de Declarações

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

1 — Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º.

2 — O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.os 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... [local], ... [data], ... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».